

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL
ANDERSON GOMES ALVES DA SILVA

**MUDANÇAS CORPORAIS E IMPACTOS NA VIDA COTIDIANA: EXPERIÊNCIAS E
PERCEPÇÕES DE PESSOAS TRANS EM ACOMPANHAMENTO NO ESPAÇO TRANS -
HC/UFPE**

RECIFE, 2024

ANDERSON GOMES ALVES DA SILVA

MUDANÇAS CORPORAIS E IMPACTOS NA VIDA COTIDIANA: EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES DE PESSOAS TRANS EM ACOMPANHAMENTO NO ESPAÇO TRANS - HC/UFPE

Artigo científico elaborado segundo as normas da Revista Research, Society and Development, como exigência final para obtenção do grau de Terapeuta Ocupacional, pelo Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lucia Marinho Marques

RECIFE, 2024

Mudanças corporais e impactos na vida cotidiana: Experiências e percepções de pessoas trans em acompanhamento no Espaço Trans – HC/ UFPE

Body changes and impacts on everyday life: Experiences and perceptions of trans people undergoing monitoring at “Espaço Trans – HC/ UFPE”

Cambios corporales e impactos en la vida cotidiana: Experiencias y percepciones de personas trans en seguimiento en el “Espaço Trans – HC/ UFPE”

Anderson Gomes Alves da Silva - anderson.gomessilva@ufpe.br - Universidade Federal de Pernambuco - <https://orcid.org/0009-0006-3398-8184>

Ana Lucia Marinho Marques - ana.mmarques@ufpe.br - Universidade Federal de Pernambuco - <https://orcid.org/0000-0002-9314-0904>

Resumo

Entre os diversos desafios encontrados para a garantia do acesso da população brasileira ao SUS, encontram-se as crescentes demandas pela formulação de serviços e ações que contemplem as especificidades de grupos populacionais. Especificamente, destacamos aqui a população trans – transexuais, travestis e transgêneros. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo refletir sobre as experiências e percepções sobre o corpo, bem como sobre as mudanças corporais vivenciadas e possíveis impactos na vida cotidiana, de pessoas trans que apresentam demanda por Processo Transexualizador, em acompanhamento no Espaço de Cuidado e Acolhimento Trans do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (Espaço Trans-HC/UFPE). A pesquisa realizada adotou a abordagem qualitativa e a coleta de dados se deu por meio da realização de seis entrevistas semi-estruturadas, analisadas por meio da técnica de análise temática. Diante da extensão do material produzido e da diversidade de temáticas, foram abordados os temas mais centrais e frequentes identificados nas entrevistas. Os resultados encontrados apresentam as percepções e opiniões de pessoas trans, desde sua infância até a idade adulta, sobre as mudanças corporais experienciadas e seus impactos, demonstrando como os processos de discriminação e marginalização desta população impactam seus cotidianos e reforçando a importância de políticas públicas na garantia de direitos e a luta pela defesa de vivências livres de opressões.

Palavras-chave: Pessoas Transgênero; Identidade de gênero; Atenção integral à saúde

Abstract

Among the various challenges encountered in guaranteeing the Brazilian population's access to the SUS, there are the growing demands for the formulation of services and actions that **consider** the specificities of population groups. Specifically, we highlight the trans population here – transsexuals, transvestites and transgender people. In this context, this article aims to reflect on the experiences and perceptions about their body, and about the bodily changes experienced and possible impacts on daily life, of trans people who demand a Transsexualization Process, being monitored in the Care Space and Trans Reception at the Hospital das Clínicas of the Federal University of Pernambuco (Espaço Trans- HC/UFPE). The research carried out adopted a qualitative approach and data collection took place through six in-depth interviews, analyzed using the thematic analysis technique. Given the extent of the material produced and the diversity of themes, the most central and frequent themes identified in the interviews were addressed. The discussion presents the perceptions and opinions of trans people, from childhood to adulthood, about the bodily changes experienced and their impacts, demonstrating how the processes of discrimination and marginalization of this population impact their daily lives and reinforcing the importance of public policies in ensuring of rights and the struggle to defend experiences free from oppression.

Keywords: Transgender Persons, Gender Identity; Comprehensive Health Care

Resumen

Entre los diversos desafíos encontrados para garantizar el acceso de la población brasileña al SUS, están las crecientes demandas de formulación de servicios y acciones que tengan en cuenta las especificidades de los grupos de población. Específicamente, destacamos aquí a la población trans: transexuales, travestis y personas transgénero. En este contexto, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las experiencias y percepciones sobre su cuerpo, así como sus opiniones sobre los cambios corporales experimentados y posibles impactos en la vida cotidiana, de personas trans que demandan un Proceso de Transexualización, siendo monitoreadas en el Espacio de Atención y Recepción Trans en el Hospital das Clínicas de la Universidad Federal de Pernambuco (Espaço Trans- HC/UFPE). La investigación realizada adoptó un enfoque cualitativo y la recolección de datos se realizó a través de seis entrevistas en profundidad, analizadas mediante la técnica de análisis temático. Dada la extensión del material producido y la diversidad de temas, se abordaron los temas más centrales y frecuentes identificados en las entrevistas. La discusión presenta las percepciones y opiniones de las personas trans, desde la niñez hasta la edad adulta, sobre los cambios corporales experimentados y sus impactos, demostrando cómo los procesos de discriminación y marginación de esta población impactan su vida cotidiana y reforzando la importancia de las políticas públicas para garantizar los derechos y la lucha por defender experiencias libres de opresión.

Palabras clave: Pessoas Transgénero, Identidad de Género, Atención Integral de Salud

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem enfrentado diversos desafios nas últimas décadas [na efetivação de seus princípios e diretrizes de forma a garantir o acesso universal, equânime e integral às ações e aos serviços de saúde](#). Destacamos, entre outros, as crescentes demandas pela formulação de serviços e ações que contemplem as especificidades de determinados sujeitos e grupos populacionais, que acabam invisibilizados pelas políticas universalistas (Mello, Gonçalves, 2010; Mello *et al.*, 2011; Brasil, 2015; Rocon *et al.*, 2020).

Dentre aqueles que enfrentam cotidianamente [inúmeros desafios na garantia de acesso à saúde](#), encontra-se a população trans – transexuais, travestis e transgêneros. Segundo recente estudo publicado, estima-se que a [porcentagem](#) de indivíduos identificados como transgêneros ou não-binários na população adulta brasileira é de aproximadamente 2%, o que corresponde a quase 3 milhões de pessoas, em números absolutos. [Tal estudo realizou 6000 entrevistas e buscou abarcar uma amostra representativa da população adulta do Brasil. Para que as análises fossem representativas, os dados foram ponderados por região geográfica, gênero percebido pelo entrevistador, idade, classe social e escolaridade](#). Os resultados apresentados pelos autores destacam as dificuldades no acesso a direitos e participação social e reforçam a urgência de políticas públicas de saúde voltadas para estes grupos (Spirizzi *et al.*, 2021).

Este mesmo estudo indicou que, [entre as pessoas entrevistadas, 85% dos homens trans e 50% das mulheres trans relataram ter sofrido com a sensação de que seu corpo não era congruente com o que sentiam. Por outro lado, cerca de 60% das pessoas entrevistadas relataram não desejar ter características corporais do gênero binário oposto, chamando a atenção para o fato de que a demanda por mudanças corporais pode estar, muitas vezes, também associada à preocupação com a exposição às situações de violência e discriminação, como algo muito presente em seu cotidiano, que sofrem por construírem e performarem sua identidade de gênero de forma não correspondente ao comportamento socialmente esperado e enquadrado pela](#)

cisheteronormatividade (Seffner, 2011; Monzelli; Ferreira e Lopes, 2015; Melo, 2016; Spirizzi *et al.*, 2021; Almeida, Murta, 2013; Rocon *et al.*, 2020).

Os sistemas de opressão que estruturam a nossa sociedade (como o racismo, patriarcado, heterocisnormatividade), atravessam de forma entrelaçada a vida cotidiana das pessoas, operando *em* e *através dos* corpos (Brah, 2006). A normatividade hegemônica para os corpos generificados “assenta-se na suposição de que existe uma relação de continuidade entre a genitália (vagina/pênis), o corpo inteiro (mulher/homem) e as práticas generificadas (feminilidades/masculinidades)” (Bento, 2021, p. 157). Ao **performar** seus corpos de uma forma distinta dessa normatividade, pessoas trans são alvo de preconceitos e violências em diversos espaços sociais e buscam estratégias de manejo de suas características corporais, objetivando sua aceitação (Monzelli, Ferreira e Lopes, 2015; Melo, 2016).

Tais fenômenos apresentam-se como processos complexos e sua vivência é atravessada pelas estruturas organizacionais e culturais de cada sociedade. Não se pode desconsiderar o fato de que vivemos em um mundo sociocultural específico, atravessados pelas estruturas de poder e opressão. Mas os indivíduos também criam modos singulares de existência e resistência no mundo a que pertencem. Tendo em vista o contorno oferecido pelos macroprocessos históricos e socioculturais, os estudos sobre itinerários e práticas de cuidado em saúde buscam conhecer os *microfundamentos* das experiências de busca de cuidado, as ações que realizam cotidianamente e os procedimentos utilizados, as trajetórias e projetos singularmente elaborados e intersubjetivamente legitimados (Alves, 2006; Brah, 2006; Couto, Schraiber e Ayres; 2009).

Ao refletirmos sobre a cisheteronormatividade em sua complexidade, podemos perceber o quanto está ligada a modos de organização social, experiências, relações sociais e práticas que organizam a vida cotidiana dos sujeitos, em um determinado contexto social e histórico. No campo da produção de cuidado em saúde, assim, parece fundamental problematizar como, a partir das vivências trans, é possível descentralizar as concepções normativas que os aloca em zonas marginais dentro das dinâmicas sociais. A forma como pessoas trans enxergam seus corpos, pode repercutir em diversos âmbitos de suas vidas, relações e experiências e em seus singulares processos de busca de cuidado. Poder compreender esses impactos e conhecer as estratégias de cuidado com o corpo utilizadas é fundamental para se formular práticas de atenção em cuidado em saúde direcionadas às necessidades específicas e singulares dessa população (Barros, Lemos e Ambiel, 2019; Melo, Farias e Lopes, 2023).

Nos últimos anos, no âmbito do SUS, foram desenvolvidas iniciativas e políticas direcionadas a **este** público, como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Mais especificamente, destacamos aqui o Processo Transexualizador do SUS, criado em 2008 e redefinido e ampliado em 2013 (Brasil, 2008; 2011; 2013). A Portaria MS Nº 2803/2013 apresenta como diretrizes para o cuidado das pessoas com demanda para realização do Processo Transexualizador no SUS: a integralidade da atenção; trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional; integração entre as ações e serviços, incluindo-se o acolhimento e o respeito às diferenças e a dignidade humana. De acordo com essa mesma Portaria, a linha de cuidado da atenção aos usuários e usuárias com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador deve ser estruturada por componentes da Atenção Básica e da Atenção Especializada. Com relação à Atenção Especializada, os procedimentos previstos por essa portaria consistem em ações de modalidade ambulatorial (acompanhamento clínico, acompanhamento pré e pós-operatório e hormonioterapia), bem como de modalidade hospitalar (tratamento hormonal, realização de cirurgias de redesignação sexual e acompanhamento pré e pós-operatório).

Neste cenário, este artigo tem como objetivo analisar as experiências e percepções sobre o corpo, bem como sobre as mudanças corporais vivenciadas e possíveis impactos em sua vida cotidiana, de pessoas trans que apresentam demanda por

Processo Transexualizador, em acompanhamento no Espaço de Cuidado e Acolhimento Trans do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa adotou a abordagem qualitativa, que se caracteriza por seu caráter compreensivo, contextualizado, interpretativo e dialético. Considerando a importância de conhecer as percepções dos participantes sobre a temática abordada, bem como estabelecer maior aproximação à suas crenças e opiniões, a coleta de dados se deu por meio da realização de *entrevistas semi-estruturadas*, devido a sua potencialidade de abordar, a partir de um roteiro predefinido flexível, os significados e as intencionalidades dos atores sociais bem como os aspectos estruturais envolvidos nos processos sociais estudados. A entrevista pode ser entendida como uma técnica utilizada para a produção de informações “objetivas”, “concretas”, assim como pode permitir uma aproximação a aspectos mais “subjetivos”, ao universo singular do sujeito entrevistado, suas crenças, ideias, valores, e ao modo como os sujeitos relatam suas experiências. Constitui um processo de interação, no qual tanto o entrevistador quanto os entrevistados são elementos ativos e produtores de conhecimento e é considerado um recurso flexível e importante no esclarecimento de temas-chaves (Minayo *et al.*, 2011).

Para realização do estudo, optou-se pela identificação e convite dos participantes a partir de um serviço de saúde especializado- o denominado “Espaço Trans – HC/UFPE”. O Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (HC - UFPE) foi habilitado pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 1.055, de 13 de outubro de 2014, para realização do Componente Atenção Especializada no Processo Transexualizador - modalidades ambulatorial e hospitalar. Nesse contexto, foi criado o Espaço de Cuidado e Acolhimento Trans do Hospital das Clínicas da UFPE - Espaço Trans/HC, um dos centros de referência na assistência às pessoas trans no Brasil, que desenvolve ações assistenciais englobando desde a reflexão sobre escolhas e compartilhamento de experiências até o acompanhamento pós-cirurgia de redesignação sexual (Brasil, 2014; Vasconcellos, 2019).

Embora as ações profissionais do ambulatório não tenham sido objeto do estudo, este serviu como um ponto para a aproximação com os participantes. Assim, foram realizados contatos com o ambulatório Espaço Trans e o estudante-pesquisador participou de três reuniões de equipe para explicitar os objetivos da pesquisa. Após a primeira reunião, foi solicitado algum material para identificação da pesquisa e do pesquisador. Foi produzido um folder-convite, com explicações sobre a pesquisa, coleta de dados, e os contatos para que os interessados pudessem entrar em contato. A definição de participantes foi intencional e levando em consideração os objetivos da pesquisa (Fontanella *et al.*, 2008). Para a realização das entrevistas, foram convidados e incluídos participantes maiores de 18 anos e que estivessem em acompanhamento presencial para Processo Transexualizador no Espaço Trans -HC/UFPE há, no mínimo, 1 mês. A equipe auxiliou nos contatos, encaminhando o folder produzido para pessoas acompanhadas no serviço e que se enquadravam nesses critérios. Após a realização de convites e contatos para confirmação da disponibilidade, a pesquisa contou com seis participantes.

As entrevistas foram realizadas durante os meses de agosto a outubro de 2023, todas em salas utilizadas pelo serviço do Espaço Trans- HC – UFPE, por escolha dos participantes. As entrevistas tiveram uma média de duração de 90 minutos, foram gravadas e transcritas pelo pesquisador. O roteiro combinava questões fechadas, para caracterização dos participantes (idade, escolaridade, raça/cor, identidade de gênero) e questões abertas para que os participantes pudessem apresentar de forma fluida suas narrativas, incluindo tópicos sobre suas percepções relacionadas a suas características corporais, bem como suas trajetórias de busca de cuidado e os impactos percebidos em sua vida cotidiana relacionados às mudanças corporais vivenciadas. Todos os dados (entrevistas gravadas e as transcrições) foram armazenados no computador pessoal dos

pesquisadores. Para preservação do anonimato dos participantes, foram atribuídos nomes fictícios: Raio, Lua, Sol, Chuva, Estrela e Trovão.

As entrevistas foram analisadas seguindo a Análise Temática adaptada de Braun e Clarke, 2013, adaptada por Souza (2019). Após a leitura sistemática e repetitiva das entrevistas transcritas e familiarização com os dados produzidos, foi organizado um quadro com todos os trechos separados em colunas, a partir de códigos iniciais, e em seguida buscando os temas, alinhados aos objetivos do estudo. No processo de análise, temas emergentes e considerados relevantes, não previstos nos objetivos inicialmente formulados, também foram identificados e incluídos (Souza, 2019).

De acordo com as normas para pesquisa prescritas pelo Conselho Nacional de Saúde do Brasil, o projeto foi apresentado para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (CEP-UFPE) e aprovado sob o parecer nº 6.042.613 e, subseqüentemente, também apresentado para apreciação e aprovado pelo Comitê de Ética do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (CEP - HC/UFPE), sob o parecer nº 6.269.284.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após análise dos dados coletados, caracterizou-se que, dentre as/os participantes, dois eram homens trans e quatro mulheres trans. Com relação ao marcador raça/cor, três mulheres se autodeclararam negras e uma branca; um homem se declarou negro e, o outro, branco. E no quesito orientação sexual, quatro se declaram heterossexuais, um se declara pansexual e um se declarou bissexual. Quanto à escolaridade, as/os participantes do estudo apresentaram que: três possuem ensino médio completo, um possui ensino superior completo e dois possuem ensino superior incompleto. A média de idade é de 30 anos, sendo a pessoa mais nova com 19 anos, e a pessoa mais velha com 49 anos. A média de tempo de acompanhamento no Espaço Trans é de sete anos, sendo o menor tempo de acompanhamento de dois anos no ambulatório e o maior de sete anos e meio.

Após a identificação inicial dos quatro temas a serem trabalhados, estes foram revisados, definidos e nomeados da forma como serão apresentados a seguir: 1. Infâncias, afetações, impactos e repercussões: como se perceber e performar; 2. “Sabe a minha identidade... nada a ver com genital.”: Impactos da cisheternormatividade binária sobre corpos trans; 3. “E agora, qual é?”: Analisando os impactos das mudanças corporais; 4. Com quantas e quais tecnologias em saúde se constrói uma identidade?

Infâncias, afetações, impactos e repercussões: como se perceber e performar

Em quase todas as entrevistas realizadas, foi relatado pelas/os participantes um sentimento de confusão e de não-pertencimento, desde a infância. Tanto na escola, ou em casa, quanto no convívio social, as/os entrevistadas/os evidenciam sob suas falas as principais problemáticas sob a infância, atribuindo-as na maior parte das vezes à forma como a sociedade deseja regular seus corpos, a fim de enquadrá-los em determinados grupos e/ou desempenho de papéis.

“Eu fui começar a notar na escola, quando começou a escola a separar os meninos e as meninas a fazer filas. Eu comecei a sentir um certo incômodo porque eu ficava na dúvida qual era o lado que eu ia, sobre cor de bolsa e essas coisas...” (Lua - Homem Trans)

“Quando era criança, eu não pensava nisso, as pessoas que ficavam me pressionando, porque meu pai ficava: “Ah, senta direito, senta feito homem, fala feito homem”, e eu não

entendia nada daquilo. Só queria ser eu. E também eu sempre sofri alguns abusos no colégio.” (Sol - Mulher Trans)

Em suas narrativas, a família, primeiro e principal espaço de socialização da criança, é apresentado como um espaço inseguro e que limita que ela se expresse de maneira autêntica e independente. Mais ainda, é evidenciado como um espaço de recorrentes situações de humilhação e opressão, o que fica evidente na fala de uma das participantes:

“Inclusive, tem um primo meu que ele tinha o costume de me humilhar; ainda tem esse costume, porque ao invés de se juntar, ele me discrimina, desde a infância. Já chegou a tirar minha roupa, quando eu era pequenininha, mandando eu me vestir como homem.” (Chuva - Mulher Trans)

Outro destaque necessário, identificado nas falas das/dos participantes, é para a compreensão da manutenção desses preconceitos e sua expansão sob os espaços de sociabilidade. Como é trazido em todos os relatos, a escola pode ser um espaço de vivências bastante opressoras e produtoras de sofrimento. Tais vivências podem ser percebidas tanto nas relações com colegas, quanto com professores que, por vezes, reforçam estereótipos e invisibilizam violências e agressões.

“Aí quando fui para o ensino médio, eu já fiquei mais calado, eu não conseguia conversar sobre isso, então sempre fui aquela pessoa mais centrada, a minha relação era eu e a professora somente, de conversar, era com funcionários da escola. Mas, nunca consegui me abrir, eu tinha pavor da coordenação para essas coisas. (Lua - Homem Trans)

“Como eu era muito afeminada, eu sofria bullying, tinha um dos meninos, que pegava folha de colônia [planta], e ele me agredia com aquilo, eu chegava na escola, e ele me agredia... Pior que as pessoas presenciavam, mas deixavam, pra eles era normal, o menino não recebia advertência, nada.” (Chuva - Mulher Trans)

Percebe-se, nas narrativas dos participantes, dificuldades no processo de construção de relações respeitadas e inclusivas. Pelo contrário, suas experiências apresentam uma marca bastante comum de processos de isolamento e exclusão dos diversos espaços de convívio. Esse isolamento, já desde as fases iniciais da vida, vai se perpetuando nas diversas trajetórias, em diversos âmbitos do cotidiano.

“Eu não me isolei, eu isolei as pessoas e assim eu fui um pouco drástica, como eu sempre fui drástica, porque eu não isolei pessoas específicas, eu isolei todo mundo, ninguém presta, só eu... Então eu vi, que eu deixei de aproveitar muita coisa, eu deixei de viver muita coisa... Eu fiquei nessa até os vinte, nossa, sei lá, uns vinte oito, vinte e nove anos, por aí, então até eu chegar na universidade de novo, e eu não tinha amigos, e as pessoas não conseguiam falar comigo, não conseguiam interagir comigo” (Raio - Mulher Trans)

A construção generificada dos papéis sociais é atribuída em nossa sociedade desde o momento em que a criança é concebida, na gestação. É comum vermos decoração do quarto em determinadas cores, ou até mesmo após o nascimento, familiares e amigos presenteando a criança com determinados brinquedos sob a égide de gênero. E desde esses momentos são projetadas expectativas comportamentais sobre o corpo daquela criança, que em grande parte, nem conseguem conceber e ou distinguir, por serem historicamente construídas como atitudes de menino/menina e naturalizadas em nosso convívio. “Senta direito”, “Fala que nem homem”, “Isso não é brinquedo para menino/menina”, são falas que estão bastante naturalizadas e entranhadas em nosso cotidiano, sem perceber que os impactos se dão de forma concreta na vida as crianças e em atividades e

ocupações como o brincar, que já se inicia todo regulado por uma moralidade, a qual ela não controla, nem escolhe. Nesse sentido, a família e a escola são as primeiras de uma série de instituições que sistematicamente produzem práticas excludentes e discricionárias, que irão retroalimentar um circuito de vivências de marginalização e opressão (Bento, 2012; Silva et al., 2015).

“Sabe a minha identidade... nada a ver com genital.”: Impactos da cisheternormatividade binária sobre corpos trans

Após o entendimento de si enquanto pessoa trans, as/os participantes apresentaram questões que abarcam um processo que é singular e intersubjetivamente vivenciado, implicando em impactos em suas experiências e relações sociais. Muitas vezes, relataram um esforço de adaptação ao que lhes eram exigido como necessário para se afirmarem enquanto o que é socialmente esperado para o seu gênero de nascimento. Essa adaptação incluiu uma variedade de comportamentos, desde a conformidade com normas de gênero até a modificação da aparência física para se alinhar mais com as expectativas de masculinidade ou feminilidade da sociedade para o gênero atribuído ao nascimento e como uma forma de buscar aceitação, segurança ou até mesmo para evitar conflitos e discriminação. Os relatos evidenciam que a dualidade entre masculino e feminino, é algo presente em suas experiências, tanto para homens quanto mulheres trans.

“Quando eu comecei minha transição com doze anos de idade, eu comecei a me vestir escondido do meu pai, eu saía de casa, ganhava roupas escondidas dos meus vizinhos que me acolhiam. Eu guardava as roupinhas no mato, amarrava em uma bolsinha, e depois ia trocar, trocava de roupa no mato, e depois eu saía.” (Chuva - Mulher Trans)

“Os meus pais, não entenderam, porque eles acharam, que ela (a psicóloga) tinha de me forçar, a não querer (ser trans). E aí, a partir disso, eu joguei fora minhas roupas masculinas, eu tinha dois vestidos, fiquei com esses vestidos. Meus pais disseram: Não, você não vai sair de casa desse jeito. E aí eu perdi o colégio, fiquei em casa, botei nem a cabeça pra fora, os vizinhos pensaram que eu tinha me mudado.” (Sol - Mulher Trans)

“A gente dividia assim, no São João e ano novo vamos comprar roupa. Foi quando a minha mãe começou a dizer : “Ah tá com 6 anos escolha uma roupinha pra você enquanto vejo as coisas para o seu irmão”, aí eu vinha com a camisa toda de botão. Minha mãe: “Não, isto é de menino, tem que arrumar de menina”. (...). Minha mãe seguiu com isto, até eu ficar... Até ela me expulsar de casa, ela comprava vestido, e eu era forçado a usar naquela ocasião.” (Lua - Homem Trans)

A pressão social para conformar-se a padrões binários de gênero, de acordo com as narrativas, levou as/os participantes a buscar procedimentos médicos e cirúrgicos na tentativa de alcançar uma aparência mais próxima da norma e estética cisgênera. A autopercepção vai se tornando objeto mutável, e o desejo de mudança corporal em algumas experiências vai se evidenciando como uma possibilidade de garantia de aceitação social, deixando de serem reconhecidos apenas enquanto corpos abjetos ou objetos de fetichização.

“O órgão, eu não tinha nenhum problema com ele. Até porque ele era bem pequenininho. Eu achava que ele não me deixava masculina. Então ao olhar essas coisas, eu não tinha problema nenhum. O meu problema, era quando as pessoas me colocavam num papel masculino, por conta dele. (...) Na relação sexual, às vezes tinha homens que queriam que eu penetrasse. E pra mim isso era um terror, era uma coisa muito difícil de lidar. Porque tinha, como é transexual, e uma coisa que tem a questão do fetiche, os homens vêem como fetiche.” (Sol- Mulher Trans)

Nas narrativas, evidencia-se assim a problemática da objetificação e fetichização como algo presente nas relações que buscam estabelecer e um aparente paradoxo presente na sociedade brasileira: enquanto o Brasil é o país com maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo, denunciando uma alta transfobia, também o país é o maior consumidor de pornografia transsexual do mundo (Cazeiro, 2022; São Paulo, 2023).

“E agora, qual é?”: Analisando os impactos das mudanças corporais

Considerando as recorrentes situações de privação de acesso a espaços públicos, os relatos vão nos apresentando a expectativa da passabilidade, como uma necessidade de transitarem cada vez mais em nossa sociedade como corpos imperceptíveis bem como a expectativa (nem sempre alcançada) de que o processo transexualizador as/os aproximasse a um corpo socialmente reconhecido a partir da cisgeneridade.

Porque para algumas pessoas a cirurgia é um marco, algumas pessoas levam esse marco, como se a cirurgia, fossem transformá-las em cis, depois da cirurgia. E a gente sabe que a pessoa nunca vai ser cis, a pessoa vai morrer trans. “Ah, porque agora eu sou mulher de verdade, porque eu fiz a cirurgia”. E existe mulher de verdade e mulher de mentira? Então, eu tenho que ter esse cuidado também, pra não cair nessa malha fina, maliciosa, da cisgeneridade, de que agora eu sou cis, ou que eu sou mais trans do que a menina que não fez a cirurgia ainda, precisamos ter esse cuidado, porque tem muitas meninas que caem nisso (Raio - Mulher Trans)

“Algumas pessoas ficaram impressionadas porque eu fiz a cirurgia “Ah, é mulher mesmo”. Outras me discriminam. “É homem, vai morrer homem, pode colocar peito, colocar priquito, o que for... cromossomos, é isso...” (Chuva - Mulher Trans)

Como consequência do processo transgenitalizador, a almejada passabilidade parece permitir idealizar projetos de vida, pensando sobre possibilidades de emprego, viagens e acesso a serviços com uso de seu nome, sem nenhum ou quase nenhum episódio de questionamento acerca de seu gênero. Ao mesmo tempo, a expectativa pela experiência da passabilidade parece indicadora, nesse contexto, de “um registro normativo que lê corpos como inteligíveis na medida em que estes agenciam marcas corporais (características relacionadas ao sexo: seios, estrutura corporal, pelos, dentre outras) com vistas à reiteração performativa da linearidade sexo-gênero” (Pontes, Silva, 2018, p. 410). Ao buscar uma mudança corporal que os aproximem de um corpo reconhecido socialmente como masculino ou feminino, estão nos contando também, do desejo de circular com segurança e respeito nos espaços públicos e sociais.

“Mas agora eu sei que com esse peito, eu vou conseguir trabalhar, voltar a uma cozinha, só era questão com meu físico.” (Lua - Homem Trans)

“Claro que eu gostei, você se sente melhor, você olha no espelho, e sua aparência tá mais condizente com aquilo que você imagina, porque a gente tem aquele eu virtual, aquele eu imaginário, que a gente gosta de ser... Sua pele tá melhor, suas características estão mais condizentes, e aí vem os cuidados.” (Raio - Mulher Trans)

Aí eu consegui a cirurgia, e hoje eu estou feliz estou ainda colhendo, vendo né, esse processo de felicidade, de realização no dia a dia, até no outro dia eu estava isolado no pós, agora que estou acessando outros lugares. Fui no fórum com o meu pai, lá me trataram no masculino, (...) Eu não conseguia ir ao banheiro (...) melhorou a forma que eu falo com as pessoas... a autoestima, que já não tem muito, mas vem melhor né,...o olhar na rua é diferente, sem ser de grande estranhamento (...)(Lua - Homem Trans)

Suas histórias, assim, ora apontam para as dificuldades e barreiras no acesso a serviços e direitos, ora para elementos quase invisíveis de uma normativa social que pretende determinar o que se pode ser, como se pode ser e quais os lugares designados para aqueles que “não são” (Melo, Farias e Lopes, 2023). Quando “montam e remontam” seus corpos, subjetividades e identidades, evidenciam os diversos níveis de aceitação e negação de seus espaços de sociabilidade e instituições em que circulam, reverberando em sua inserção ou restrição de participação e exercício de direitos bem como em suas subjetividades e identidades, pois “ acabam por explicitar possibilidades e impossibilidades de “ir e vir” nos espaços privados e/ou públicos e, especialmente, a possibilidade ou impossibilidade de existir nesses locais” (Monzelli, Ferreira e Lopes, 2015, p. 461).

Com quantas e quais tecnologias em saúde se constrói uma identidade?

Entendendo um pouco mais sobre si, seus desejos e identificação, os participantes apresentaram suas estratégias gradativas de mudanças corporais. Em suas falas, caracteriza-se uma noção de passabilidade que implicou, em suas histórias, na necessidade de buscar desenvolvimento de contornos corporais que os aproximassem da possibilidade do reconhecimento e aceitação social como um corpo masculino ou feminino. Um dos principais métodos utilizados na tentativa de supressão das características do sexo atribuído em seu nascimento é a utilização de medicamentos, via oral ou injeções.

“Mas o povo mandava botar cebola no bico do peito, me mandaram botar merda de galinha, disseram que cresce (os seios), me mandaram comer merda de galinha que dá a boi... Só que eu não fiz essas coisas. A coisa mais diferente, foi injetar a Perlutan no peito.” (Chuva- Mulher Trans)

“Sem prescrição nenhuma. Tomava, como se fosse anticoncepcional, e eu tomava 2 de uma vez. A farmácia, ela não queria aplicar duas, então o que é que eu fazia. Eu ia em uma farmácia, logo em seguida, eu ia em outra farmácia, e assim eu tomava as duas. E eu comecei a tomar desse jeito, e aí depois que eu comecei a ver os efeitos, é um vício né, sem volta, depois que você ver os efeitos, você começa a tomar mais e mais, e aí foi assim, que eu comecei a tomar os hormônios.” (Sol - Mulher Trans)

“Através de alguns amigos que tomavam. Eu iniciei primeiro a pílula, ciclo vinte e um tomava uma por dia. Começava a ver minhas coisas, e depois o peitinho crescendo. Tomei também, perlutan. Tomei bastante, uma por mês, às vezes eu tomava duas por mês, e começava a entender como funcionava, e qual era a ação no meu corpo, tipo, em questão de dor de cabeça, de estresse, se aumentava. Ah, enfim, na minha cabeça a voz mudava. Minha voz já era muito comprometedora.” (Estrela - Mulher Trans)

Após comentar sobre algumas estratégias utilizadas na adolescência como maneira para lidar com a opressão social, sobre seus corpos, as pessoas entrevistadas buscaram alguns serviços, que puderam dinamizar não só o processo de mudança corporal almejada, mas também com apoio psicológico. O acompanhamento profissional, em seus relatos, permitiu o acesso às terapias hormonais e informações que puderam apoiar as tomadas de decisão dos procedimentos envolvidos nos seus singulares processos de transição. Além disso, relatam a importância do acompanhamento familiar, ofertando tanto informações quanto apoio necessário.

“E depois de um bom tempo eu procurei atendimento na minha cidade, já lá no núcleo do fígado, do Hospital Universitário da UFMA, quando eu comecei o atendimento pelo endócrino... 2016, foi o mesmo ano que eu consegui o telefone do espaço trans Recife daqui e eu entrei em contato e fiquei na lista de espera.” (Raio - Mulher Trans)

“A primeira vez que eu vim aqui, no hospital das clínicas, não tinha espaço trans. Eu vim aqui bem menor de idade, e tinha um doutor e uma doutora, e era uma cirurgia experimental, só cirurgia, e tinha um acompanhamento familiar. Era bem precária, muitos anos atrás. A doutora disse, “você é menor de idade, você não vai poder fazer agora. Mas, você pode participar da terapia familiar. Eu vim algumas vezes, até minha mãe, minha irmã não querer mais vir, mas elas vieram” (Sol - Mulher Trans)

Uma questão importante que foi identificada é a forma como o ambulatório pode ser compreendido não apenas como um local para realização da cirurgia ou qualquer outro procedimento, mas também como ambiente de convivência, acolhimento, vínculo e pertencimento.

Quando eu comecei a frequentar o Espaço Trans, comecei a entender o que eu realmente era, e aí eu comecei o acompanhamento que eu faço. Dois mil e quinze, fui me descobrir, fui abrir a mente com a ajuda do Espaço... e também ajudou com questões familiares. (Chuva- Mulher Trans)

Fui um dos primeiros, a solicitar o nome social, não tinha nesta época na universidade. Foi quando eu fui de professor em professor: “Olhe, esse não é meu nome não.” Muitos não queriam, riscavam, me chamava dos dois. Com isto fui acessar a reitoria, foi chegando nestes caminhos que recebi indicação: “Olhe, vai para o Espaço Trans que lá tem este acompanhamento, lá faz procedimento, lá tem psicologia, tem assistente social.” Enfim foi assim que eu cheguei. A minha demanda maior, quando eu entrei era justamente a minha saúde mental, porque eu não estava conseguindo me compreender, lidar com a situação toda e familiar, e depois fiquei sem estudo, sem trabalho, sem nada. (Lua - Homem Trans)

Esse cuidado, onde a gente se sente forte. Onde a gente passa por uma violência algumas vezes, e só quer conversar, eu chego ao Espaço Trans, encontro as profissionais, pessoas que já passaram pelas mesmas situações... faz eu me sentir acolhido, tenho até um pouco de liberdade... (Lua - Homem Trans)

Importante também destacar a necessária articulação com equipamentos de outros setores (como justiça, educação direitos humanos...) a fim de garantir a integralidade do cuidado e o acesso a direitos e serviços fundamentais.

“A Amotrans, aí procurei lá também, tinha acompanhamento psicológico e ginecológico, e procurei. Mas, para mim, o que me ajudou muito, que foi mais presente mesmo, foi o CECH(Centro Estadual de Combate a Homofobia), o centro que conseguiu balcão de direito, eu tirei minha certidão, eles foram comigo até Itapissuma porque no meu cartório estava sob as ameaças (da mãe). Durante a pandemia teve as ONGs que ajudou o transviver, o próprio gpt+, a gestos fiz curso por todos eles.” (Lua - Homem Trans)

Entre os direitos apontados pelas/os participantes, destaca-se aqui a questão **do uso de nome social e da retificação de nome em documentos de identidade**. A fala de uma participante revela o quanto até esse processo pode ser acompanhado de situações de humilhação para se conseguir o acesso a este direito:

“Eu falando para um funcionário no tribunal “Tenho uma série de apresentações para fazer dentro da universidade e eu vou fazer com esse nome horroroso, eu dei entrada no atendimento em Recife, e eu vou viajar, com esse nome horroroso. Eu fui barrada dentro do aeroporto... Aí ele disse: “Ah, mas você vai ter que esperar. Eu disse: “É o seguinte. Eu volto aqui em uma semana. Se esse negócio tu me disser que ainda vai ser assinado, eu baixo aqui e boto uma barraca no estacionamento, não vai ter Deus no céu nem diabo no inferno que me tire de lá, e eu vou subir a cada dez minutos e fechar o tempo no tribunal”.
(Raio- Mulher Trans)

Fica evidente, aqui, a importância de se avançar na desburocratização desses processos e a garantia desse e outros direitos. Além de proporcionar uma sensação de validação e pertencimento, o reconhecimento legal do nome escolhido também facilita a participação plena das pessoas trans em diversos aspectos da vida, seja em ambientes formais ou informais. Isso contribui para reduzir o estigma e a discriminação que muitas vezes acompanham suas experiências cotidianas. Além disso, destaca-se que **que ter acesso a profissionais que atuam de forma ética e respeitosa no acompanhamento das experiências singulares de cada pessoa pode fazer muita diferença nesse processo**. Mais ainda, é fundamental a garantia do acesso à informação, tratamento e acompanhamento adequados, no momento oportuno e de acordo com o preconizado para cada ciclo de vida (Brasil, 2013; Irineu *et. al*, 2022; São Paulo, 2023).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na produção de cuidado em saúde, é fundamental refletir sobre as práticas focalizadas em públicos específicos e sobre a importância de compreender as necessidades de saúde a partir da diversidade de experiências e de suas próprias percepções. Nesse estudo, evidenciou-se como problemática de grande relevância, para quem se afirma enquanto pessoa trans em nossa sociedade, o enfrentamento de reiteradas situações de violência, opressão e marginalização social, e seus principais

impactos em suas experiências cotidianas, não só nas questões de socialização, mas também no acesso a direitos, bens e serviços públicos.

Ainda que a denominada “população trans” represente um número populacional significativo, é possível afirmar que ainda é incipiente a discussão sobre as questões que envolvem diversidade de gênero e orientações sexuais e as necessidades de cuidado em saúde e o quanto é fundamental o investimento em pesquisas e formação profissional neste campo, que reflitam sobre o cuidado, a necessária despatologização das experiências e a proposição de práticas inclusivas e emancipatórias que abordem as necessidades individuais das pessoas trans, mas também busquem criar mudanças sistêmicas, com foco na garantia de direitos e a justiça social com equidade.

5. REFERÊNCIAS

Almeida, G. ; Murta, D. (2013) Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 14, p. 380-407, ago. 2013.

Alves, P.C. (2006) A fenomenologia e as abordagens sistêmicas nos estudos sócio-antropológicos da doença: breve revisão crítica. *Cad. Saude Publica*, v.22, n.8, p.1547-54.

Barros, L. de O.; Lemos, C.R.B. ; Ambiel, R.A.M. (2019) Qualidade de vida e satisfação com a imagem corporal de transexuais. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro , v. 71, n. 1, p. 184-195, Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000100014&lng=pt&nrm=iso>.

BENTO, Berenice. “As famílias que habitam “a família””. *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 275-283, 2012

Bento, B. (2021) O belo, o feio e o abjeto nos corpos femininos. *Sociedade e Estado, [S. l.]*, v. 36, n. 01, p. 157–172, 2021. DOI: 10.1590/s0102-6992-202136010008 . Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/28303>.

Brah, A. (2006) Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*. 2006;26:329-376.

Brasil. Ministério da Saúde. (2018). Guia de implementação do quesito Raça/Cor/Etnia / Ministério da Saúde, Universidade de Brasília. – Brasília : Ministério da Saúde. 38 p. : il. ISBN 978-85-334-2625-2.

BRASIL. Ministério da Saúde (2014) PORTARIA Nº 1.055, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014. Habilita estabelecimento de saúde para realização do Componente Atenção Especializada no Processo Transexualizador - modalidades ambulatorial e hospitalar.

BRASIL. Ministério da Saúde (2013). PORTARIA Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Ministério da Saúde(2011). PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

Brasil. Ministério da Saúde. (2008). PORTARIA Nº 457, DE 19 DE AGOSTO DE 2008.

Brasil. Ministério da Saúde. (2015). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde. – Brasília. 194 p. : il. ISBN 978-85-334-2319-0

Cazeiro, F. *et al.* (2022) .A psicologia no processo transexualizador. *Psicol. estud.*, v. 27, e48503.

Couto, M.T.; Shraiber, L.B.; Ayres, J. (2009). Aspectos sociais e culturais da saúde e da doença. In: Martins, M.A. et al (Org.). *Tratado de Clínica Médica*. São Paulo: Editora Manole. V. 1, p. 350-356.

FONTANELLA et. al. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2008, v. 24, n. 1, pp. 17-27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>>.

Hernandes. R.S. Matos. S.S.dos Santos. (2021) Terapia ocupacional e pessoas trans: os impactos da cobrança social sobre o gênero. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 16, e422101623858. (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23858>

Irineu. R.A. *et. al.* (2022). A multidisciplinaridade no atendimento à saúde de pessoas trans. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 6, e38011629297, (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i6.29297>

Mello, L; Gonçalves, E. (2010). Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. *Revista Cronos*;11(2):163-173.

Mello, L *et al.* (2011) Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 9, p. 7-28.

Melo, K.M.M. de. (2016). Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidades. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 215–223. DOI: 10.4322/0104-4931.ctoARF0645. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1239>

Melo, K.M.M; Farias, M.N; Lopes, R.E. (2023). Terapia ocupacional social e justiça social: diálogos a partir das demandas trans. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31, e3421. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO262234211>

Minayo, Maria Cecília de Souza. *et al.* *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes; 2011.

Monzelli, G.A.; Ferreira,V.S.; Lopes, R.E.. (2015) Entre proteção, exposição e admissões condicionadas: travestilidades e espaços de sociabilidade. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 451–462. DOI: 10.4322/0104-4931.ctoAO0518. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/968>.

Pontes, J.C.; Silva, C.G. (2018). Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Revista Periódicus*, 1(8), 396–417. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i8.23211>

Rocon, P.C. *et al.* (2020) Acesso à saúde pela população trans no Brasil: Nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trabalho, Educação e Saúde* [online].V. 18, n. 1, e0023469. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00234>>

São Paulo (SP). (2023) Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação da Área Técnica de Saúde Integral da População LGBTIA+. “Protocolo para o cuidado integral à saúde de pessoas trans, travestis ou com vivências de variabilidade de gênero no município de São Paulo”, 2a ed. Secretaria Municipal da Saúde|SMS|PMSP. Junho – p. 374.

Seffner, F. (2011) Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social: pensando algumas situações brasileiras. En: Venturi G, Bokany V. Diversidade Sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p. 39-50.

Silva RGLB, *et al.* Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. (2015). Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo, 26(3), 364-372.

Souza, L.K. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51-67. <https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i2p.51-67>.

Spirizzi, G *et al.* (2021) Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. *Sci Rep* 11, 2240. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-81411-4>

Vasconcellos, D.A. (2019). Protocolando gênero: práticas, tecnologias e formalizações do gênero na vivência do espaço trans (hc-ufpe). Anais IV DESFAZENDO GÊNERO... Campina Grande: Realize Editora. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/64208>>.